



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIAS DA SAÚDE
DEPARTAMENTO DE SAÚDE COLETIVA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA

Maria Clara Morais Torquato

**MATERNIDADE, VIOLÊNCIA E RELAÇÃO COM DROGAS:
uma revisão bibliográfica sobre mulheres em situação de rua**

Brasília - DF

2019

Maria Clara Morais Torquato

**MATERNIDADE, VIOLÊNCIA E RELAÇÃO COM DROGAS:
uma revisão bibliográfica sobre mulheres em situação de rua**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em
Saúde Coletiva

Professor Orientador: Mestre, Marcelo Pedra Martins
Machado

Brasília – DF

2019

Maria Clara Morais Torquato

**MATERNIDADE, VIOLÊNCIA E RELAÇÃO COM DROGAS:
uma revisão bibliográfica sobre mulheres em situação de rua**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito parcial para obtenção do título de Bacharel
em Saúde Coletiva.

BANCA EXAMINADORA

Mestre, Marcelo Pedra Martins Machado (DSC/UnB)
Orientador

Doutora, Erika Rodrigues de Almeida
Membro

Doutor, Francisco Paolo Vieira Miguel (DSC/UnB)
Membro

Aprovado em:

Brasília,de.....de.....

DEDICATÓRIA

A todas as mulheres que vivenciam a situação de rua.

A minha avó, mulher forte e guerreira.

AGRADECIMENTOS

Nesta página tentarei traduzir em palavras meus sentimentos de gratidão e amor por todos aqueles que fizeram parte da minha trajetória. Sempre ouvi dizer que a construção de um trabalho de conclusão de curso era um processo longo, sofrido e solitário. Confesso que temia cada vez que pensava na chegada desse momento. Enfim, ele chegou e trouxe com ele um ar de alívio, mas também de saudade. É, a graduação está chegando ao fim!

Gostaria que essas palavras de carinho pudessem acolher e abraçar todos aqueles que tornaram essa caminhada mais leve e agradável.

Ao meu orientador, Marcelo Pedra. Obrigada por aceitar tão gentilmente o convite para orientar esse trabalho. Por toda disposição, atenção, paciência e apoio desde o período de realização do estágio 3 no Consultório na Rua.

Aos amigos que compartilharam momentos especiais e também dividiram o peso dos dias difíceis: Ana Carolina de Araújo Monjardim e Fúvia Esteves Rocha, amigas de coração nobre e puro. Em especial, Ana Caroline Ferreira Ribeiro, João Gabriel Cunha, Kamilla Araujo Leite e Wigor Alves. Amigos de luz e amor. Obrigada por toda parceria e companheirismo, sei que nossa amizade ultrapassa os muros da Universidade.

Aos meu pais, Maria de Jesus e Manoel Torquato. Obrigada “Mamis”, por todas as caronas, almoços e lanchinhos. Ao meu pai, por todas os ensinamentos que me tornaram atenta e questionadora sobre os privilégios que possuo e o lugar que ocupo no mundo. Não poderia esquecer dos meus irmãos, José Eduardo e Clarice. Vocês são parte de tudo isso. Agradeço por tê-los em minha vida.

Aos meus familiares, vovós, tias e tios, madrinha e primas. Obrigada pelo apoio e incentivo desde sempre.

A Lídia por cuidar das minhas coisas para que eu pudesse cuidar desse trabalho.

Ao meu supervisor de estágio e amigo, grande New! Valeu pelos “rolês” na cidade, pelas boas risadas e por toda ajuda e paciência durante o estágio na Revista Traços. Não poderia esquecer de citá-lo aqui.

Agradeço de coração aos meus colegas e amigos do Senado Federal. Obrigada por todas as manhãs de trabalho.

Ao meu melhor amigo, Vitor Lima. Somos amor, energia e intensidade. Agradeço todo carinho e atenção.

Á todos aqueles que fizeram parte dessa caminhada. Obrigada por tudo!

“Eu não me vejo na palavra
Fêmea: alvo de caça
Conformada vítima

Prefiro queimar o mapa
Traçar de novo a estrada
Ver cores nas cinzas
E a vida reinventar.

E um homem não me define
Minha casa não me define
Minha carne não me define
Eu sou meu próprio lar

Ela desatinou
Desatou nós
Vai viver só”
(Francisco, el hombre -
Triste, louca ou má)

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de levantar, sistematizar e analisar os conteúdos sobre mulheres em situação de rua nos documentos científicos, bem como em duas políticas públicas de saúde direcionadas especificamente para a população em situação de rua e para a saúde integral da mulher, considerando a insuficiência ou inexistência de políticas específicas voltadas para aquelas que vivenciam a situação de rua. Percebe-se a relevância em expor e discutir sobre questões que afetam as mulheres em situação de rua, como a maternidade, a violência, as relações com drogas, relacionamentos afetivos, dentre outros pontos. Nota-se que tais questões, referidas às mulheres, muitas vezes são ignoradas nas discussões sobre população em situação de rua no geral. Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa e a metodologia, a revisão integrativa, concentrou-se na coleta de informações através da busca nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Para completar a construção teórica, foram analisadas a Política Nacional para População em Situação de Rua (2009) e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher (2004). Não pretende-se, através deste estudo, esgotar as discussões sobre essas temáticas, mas sim dar visibilidade e destaque para os principais temas que estão associados às Mulheres em Situação de Rua, nos campos estudados.

Palavras chave: Mulheres. Situação de Rua. Políticas Públicas.

ABSTRACT

The study aim to raise, systematize and analyze the contents of homeless women in scientific documents, as well as two public Brazilian health policies specifically targeted at the homeless population and women's integral health, considering the insufficient or non-existent specific policies aimed at those who experience the homeless situation. The relevance of exposing and discussing issues that affect homeless women, such as motherhood, violence, drug relations, affective relationships, among other points, is relevant. It is noted that such issues, which refer to women, are often ignored in discussions about homeless people in general. This is a qualitative approach study and the methodology, the integrative review, focused on collecting information through searching the Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) databases. To complete the theoretical construction, the Brazilian National Policy for Homeless People (2009) and the Brazilian National Policy for Integral Attention to Women's Health (2004) were analyzed. This study is not intended to end discussions about these themes, but to give visibility and to highlight the main themes that are associated with homeless women studied.

Keywords: Women. Homeless People. Public Policies

SUMÁRIO

DEDICATÓRIA	4
AGRADECIMENTOS	5
RESUMO.....	6
ABSTRACT	7
1. INTRODUÇÃO	11
2. OBJETIVOS.....	14
3. METODOLOGIA	15
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO	17
5. POLÍTICAS PÚBLICAS E MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA	24
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	29
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	31

1. INTRODUÇÃO

Contextualizando a problemática: a situação de rua

A globalização, que têm alcançado as diferentes sociedades contemporâneas, têm gerado consequências negativas, configuradas na reprodução de desigualdades sociais e na falta de garantias sociais para grande parcela da população. A desigual distribuição de bens sociais, a discriminação, o desrespeito às diferenças, a incerteza, a involução de valores não são anomalias, mas constituintes do pensamento globalizado e do processo econômico em curso (COSTA, 2005).

Nessa perspectiva, a sociedade centrada no consumo caracteriza-se pela competitividade, concorrência e redução das oportunidades de emprego. Dessa forma, aqueles que não possuem condições para permanecer na competição e conseqüentemente não conseguem se inserir no mundo do trabalho são considerados “sobrantes”. Castel (apud Costa, 2005, p.2) define como “sobrantes”, pessoas normais, mas inválidas pela conjuntura, como decorrência das novas exigências da competitividade, da concorrência e da redução de oportunidades de emprego, fatores que constituem a situação atual, na qual não há mais lugar para todos na sociedade.

Para o pensamento neoliberal, o sucesso e fracasso desses indivíduos é de sua exclusiva responsabilidade, sendo o insucesso uma simples questão única e individual. Tal perspectiva, justifica a ausência e o descaso do Estado com determinadas parcelas da sociedade, bem como reafirma privilégios e a noção de meritocracia.

Dessa forma, com a chamada globalização, a disparidade social aumenta em escala sem precedentes. É crescente o número de pessoas que se encontram em situação de extrema vulnerabilidade, em todo o mundo, pelos mais diferentes motivos, como as intensas mudanças que ocorrem, periodicamente, entre capital e trabalho “nos processos produtivos, na gestão do Estado, nas políticas sociais” entre outros (MENDES et al, 2004, p. 37 apud SANTOS, 2013, p.18).

Assim, nesse cenário se insere a População em Situação de Rua, fruto da desigualdade social e da estrutura econômica que privilegia poucos. Constantemente punidos e culpados pela situação em que se encontram. Alvo das ações opressoras do Estado que os condenam por não contribuir para manutenção do sistema capitalista de produção e consumo. Condenados pelos olhares da sociedade e reconhecidos como vagabundos, preguiçosos e drogados reforçando e intensificando a situação de vulnerabilidade em que se encontram.

Segundo Paiva et al. (2016, p.2) a existência de pessoas em situação de rua representam as contradições gritantes de uma sociedade que tem a seguridade social como direito constitucional e que assegura saúde como direito de todos e dever do Estado.

No Brasil, o Decreto nº 7.053 que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua (PNPSR), se constituiu como um importante marco legal para o reconhecimento dos direitos dessa população, esse grupo caracteriza-se como:

Grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

No entanto, é fundamental refletirmos sobre tal caracterização. Apesar dos inúmeros atributos em comum que compartilham, é necessário considerar os múltiplos determinantes e condições individuais que levam essas pessoas às ruas. A ruptura de vínculos familiares, a perda de um ente querido, a fragilização das relações trabalhistas e conseqüentemente o desemprego, são alguns dos inúmeros motivos pelos quais as pessoas passam a viver nas ruas. É válido considerar que tal situação não se reduz a uma simples escolha individual. É importante esclarecer que uma porcentagem considerável de responsabilidade deve-se a fatores extrínsecos ao ator social (CASTEL, 2007 apud SANTOS, 2013, p.26).

Outro ponto importante a ser discutido é a representação da situação de rua na mídia hegemônica. A mídia é um dos principais agentes responsáveis pela reprodução de discursos que “coisificam” e criminalizam a figura da pessoa em situação de rua. A representação dessas pessoas enquanto vagabundas, preguiçosas, uma ameaça ao bem-estar social alimentada pela mídia hegemônica é tão eficiente que “cidadãos/as de bem” a compram sem grande relutância (SANTOS, 2013).

Sendo assim, a mídia torna-se responsável por divulgar e reproduzir imagens que reforçam estereótipos, como: corpos deitados sobre papelões em espaços públicos, embaixo de marquises, deitados em bancos e calçadas ou empurrando carrinhos, contribuindo com discursos que apoiam ações de fiscalização nas áreas públicas e higienistas, na tentativa de “limpar” os indesejados que poluem as paisagens urbanas e causam medo, mal-estar e incômodo nos ditos “cidadãos de bem”.

Analisando tal problemática através da perspectiva de gênero, observa-se que existem inúmeras contradições no modo como homens e mulheres experimentam o cotidiano das ruas. Percebe-se que ambos apresentam muitas questões em comum, todavia existem questões que

atingem especificamente o gênero feminino. Sendo assim, compreende-se que na perspectiva das mulheres que vivenciam a situação de rua, existem singularidades e especificidades que exigem o desenvolvimento de estratégias de resistência, sobrevivência e (re)invenção da vida cotidiana para enfrentar a violência, o medo, os conflitos e inúmeros desafios vividos diariamente nas ruas.

Apreende-se que a rua não se limita apenas a vulnerabilidades e fragilidades. A rua também é lugar de acolhida, de coletividade, de luta, de solidariedade e de mulheres que inventam e reinventam diferentes formas de resistir e existir em um cenário ocupado predominantemente por homens. De acordo com a Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua (PNPSR) desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) entre os anos de 2007 e 2008, os homens representam 82% desse grupo populacional.

A rua é composta por uma pluralidade de trajetórias de vida, singulares e distintas, de muitas mulheres. Contudo, os relatos e histórias de vida expõe sobre os desafios de muitas outras pessoas que vivenciam a situação de rua e evidenciam as fragilidades das políticas públicas de saúde, assistência social, habitação, etc.

Segundo Rosa e Brêtas (2015), no Brasil ainda é incipiente uma abordagem específica das peculiaridades das mulheres que vivem nas ruas, inclusive, na área acadêmica, na qual encontramos poucas publicações a respeito do tema.

Considerando a escassez de produções sobre tal temática, percebe-se a relevância em expor sobre questões que afetam essas mulheres como a maternidade, a violência, a relação com o uso de drogas, relacionamentos afetivos, as estratégias de autocuidado e proteção, entre outros pontos. Tais questões muitas vezes são ignoradas nas discussões e debates sobre população em situação de rua no geral.

Nessa perspectiva, de modo abrangente, o presente trabalho tem por objetivo levantar, sistematizar e analisar os conteúdos sobre mulheres em situação de rua nos documentos científicos, assim como em duas políticas públicas de saúde direcionadas especificamente para a população em situação de rua e para a saúde integral da mulher, considerando a insuficiência ou inexistência de políticas específicas voltadas para aquelas que vivenciam a situação de rua¹.

¹ Informação pessoal construída por Maria Clara Morais Torquato, realizada durante a construção do trabalho de Estágio Supervisionado I.

2. OBJETIVOS

Objetivo geral:

Levantar, sistematizar e analisar os conteúdos sobre as mulheres em situação de rua nos documentos científicos e nas políticas públicas de saúde.

Objetivos Específicos:

1. Levantar e sistematizar os conteúdos sobre mulheres em situação de rua nos documentos científicos;
2. Levantar e sistematizar os conteúdos sobre mulheres em situação de rua nas políticas públicas de saúde (Política Nacional de População em Situação de Rua e Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher);
3. Analisar apontando e problematizando possíveis interseções e afastamentos entre os conteúdos dos documentos oficiais (políticas públicas) e a literatura científica.

3. METODOLOGIA

Apresentação do percurso metodológico

O presente trabalho é um estudo de abordagem qualitativa, que utilizou a Revisão integrativa de literatura, com a qual levantou-se e analisou-se os conteúdos sobre as mulheres em situação de rua disponíveis na literatura científica, bem como nos documentos oficiais do campo da saúde (políticas públicas de saúde).

A metodologia da coleta de informações foi realizada através da busca nas bases de dados da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). A seguinte combinação de descritores foi utilizada na pesquisa: mulheres AND situação de rua. A escolha por este descritor se deu por sua relação com os objetivos propostos, além de objetivar e restringir a busca, tendo em vista o grande volume de publicações levantadas com este descritor. Pretende-se através dessa busca levantar e sistematizar os conteúdos disponíveis sobre mulheres em situação de rua disponíveis na literatura científica.

Inicialmente a busca resultou em 348 documentos. Após a utilização dos filtros foram selecionados apenas os textos completos disponíveis em português, resultando em 45 documentos. Por fim, utilizou-se o filtro “tipo de documento” selecionando apenas os artigos disponíveis. Teses (11) e demais tipos de documentos foram excluídos, restando 29 artigos. Entre os 29 artigos selecionados apenas 9 abordavam o objeto da pesquisa. Publicações que abordavam sobre população em situação de rua no geral e outras temáticas foram excluídas. A análise dos artigos iniciou-se com a leitura dos títulos, em seguida com a leitura dos resumos e por fim dos textos completos.

Os artigos incluídos nesta pesquisa respeitam o recorte temporal de 2009 a 2018, percebe-se que o ano de início escolhido para inclusão dos artigos deu-se conforme o ano em que foi instituída a Política Nacional para População em Situação de Rua, também em 2009.

Em outro momento, foi realizado um levantamento e análise de duas políticas públicas de saúde direcionadas especificamente para a população em situação de rua e para a saúde integral da mulher. A escolha destas duas políticas se deu pois as mesmas versam sobre as especificidades deste estudo (mulheres em situação de rua). Através dessa busca e análise pretende-se verificar nos conteúdos destes documentos como as sobre mulheres em situação de rua são contempladas.

A análise da literatura e das políticas públicas levantadas será realizada através da análise de conteúdo de Laurence Bardin, mais especificamente utilizando a análise categorial

(Bardin, 2009). Segundo a autora, a técnica funciona por meio de sistemáticas operações de desmembramento dos textos levantados, em categorias que seguem um reagrupamento lógico, baseado em temas específicos. Esta forma de categorizar é para Bardin (2009) a forma mais rápida e eficaz de investigar e analisar temas específicos.

O modo específico de categorização dos temas trabalhados, a partir dos análises dos conteúdos levantados pela pesquisa será apresentado no capítulo sobre resultados e discussão.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A busca bibliográfica realizada apresentou uma tímida produção sobre o objeto de pesquisa deste trabalho. O maior número de publicações ocorreu no ano de 2015, com quatro artigos. No ano de 2016 houveram duas publicações, assim como em 2017. Por fim, em 2018 houve apenas uma publicação. No total foram levantados e analisados nove artigos.

Tabela 1 - Revisão de literatura, por ano, título e temas trabalhados.

Ano	Título	Principais temas trabalhados pelo artigo
2015	A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil.	Violência
	Gestantes em situação de rua no município de Santos, SP: reflexões e desafios para as políticas públicas.	Maternidade
	Prevenção de gestações não planejadas com implante subdérmico em mulheres da Cracolândia, São Paulo.	Relação com as drogas e maternidade
	Usuários de crack em situação de rua – características de gênero	Relação com as drogas e relações de gênero
2016	Gênero, violência e viver na rua: vivências de mulheres que fazem uso problemático de drogas	Relação com as drogas e violência
	A pedra que pariu: Narrativas e práticas de aproximação de gestantes em situação de rua e usuárias de crack na cidade do Rio de Janeiro	Maternidade
2017	Perfil sociodemográfico de mulheres em situação de rua e a vulnerabilidade para o uso de substâncias psicoativas	Relação com o uso de drogas e violência
	O contexto da gestante na situação de rua e vulnerabilidade: seu olhar sobre o pré-natal	Maternidade
2018	Narrativas de modos de vida na rua: histórias e percursos.	Modos de vida e cotidiano nas ruas - estratégias de sobrevivência e práticas de resistência

Os principais temas que estão associados a mulheres em situação de rua, são: maternidade, violências, relação com o uso de drogas, bem como narrativas sobre o modo de vida e estratégias de sobrevivência frente aos desafios cotidianos experimentados nas ruas. Dos nove artigos estudados, três traziam o tema maternidade, quatro focaram sobre a relação com o uso de drogas, um tratava sobre a violência e um trazia narrativas sobre modos de vida como tema prioritário em relação às mulheres em situação de rua. É importante ressaltar que alguns artigos estudados abordam simultaneamente todos temas citados.

A leitura dos artigos selecionados evidenciam que as demandas, singularidades e complexidades das mulheres que vivenciam a situação de rua apresentam-se como um objeto que merece destaque científico, bem como é significativo para as análises e compreensão da sociedade civil e do governo, para que as políticas públicas que se relacionem com este público, possam ser aperfeiçoadas, tendo como elemento central a informação científica sistematizada.

Nessa perspectiva, nota-se que a insuficiência de produções ressalta a baixa visibilidade dada para temáticas que circundam o universo das mulheres em situação de rua, indicando a necessidade de um olhar mais interessado e diferenciado para esse grupo. Essa invisibilidade foi sinalizada por Rosa e Brêtas (2015, p.276). Segundo os autores, no Brasil ainda é incipiente uma abordagem específica das peculiaridades das mulheres que vivem nas ruas, inclusive, na área acadêmica, na qual encontramos poucas publicações a respeito do tema. Segundo, Sarmiento e Pedroni (2017, p.11) esses temas são pouco debatidos nas pesquisas a respeito da população em situação de rua, por conseguinte, entende-se ser um tema que merece destaque político e científico.

Sabe-se que a População em Situação de Rua enfrenta inúmeros desafios cotidianos e vivencia constantes violações de direitos, além de ser marginalizada e estigmatizada. Todavia, segundo Sarmiento e Pedroni (2017, p.3) existe uma parte desse grupo - as mulheres - que são duplamente excluídas, pois sofrem toda sorte de violações como homens, acrescidas das violências e preconceitos relacionados à dominação masculina. Portanto, entende-se que as demandas e problemáticas não são as mesmas para homens e mulheres, considerando que existem particularidades em função dos marcadores de gênero.

Sendo assim, de acordo com a análise dos artigos selecionados alguns apontamentos serão feitos sobre os principais temas que estão associados a mulheres em situação de rua na literatura científica.

Compreende-se que as mulheres enfrentam desafios intensos e situações de opressão e violência impostos pela dinâmica das ruas. Refletir sobre tais questões é fundamental para dar maior visibilidade aos temas que envolvem essas mulheres, além de fomentar o debate sobre a necessidade de desenvolver políticas públicas que tenham um olhar para as mulheres que vivenciam as ruas.

As mulheres possuem necessidades, demandas e especificidades diferentes dos homens. Elas menstruam, engravidam e tornam-se gestantes, necessitando de um cuidado em saúde singular e diferenciado. Esse cuidado envolve a realização de exames preventivos, pré-natal (quando gestantes), uso de anticoncepcionais, entre outras questões. Por representarem menor número nas ruas tornam-se invisíveis em um cenário dominado predominantemente pelo sexo masculino e inúmeras vezes têm suas necessidades negligenciadas e seus direitos anulados.

O direito à maternidade é um ponto constantemente questionado pela literatura. Para Sarmiento e Pedroni (2017, p.8) tal questão é um tema em evidência quando trabalhamos com mulheres em situação de rua. A literatura aponta principalmente para a violação do direito à maternidade. Todavia, apresenta também narrativas que evidenciam a potência de mulheres que não deixam de exercer, da maneira como podem, a maternidade. Conforme Almeida e Quadros (2016, p.235) essas mulheres estão em situação de rua, com seus vínculos familiares enfraquecidos, mas não deixam de exercer, da maneira como podem, a maternidade, e jamais cogitam a hipótese de abrirem mão desse lugar.

De acordo com Sarmiento (2017, p.75) no que se refere a violação ao exercício da maternidade, compreende-se que essas mulheres tornam-se visíveis para o Estado enquanto gestantes, mas tornam-se invisíveis novamente quando dão à luz e deixam de ser um corpo relevante e significativo. Dessa forma, a atenção dada pelo Estado limita-se apenas ao período gestacional e encerra-se com o fim deste período, culminando com a retirada das crianças de suas mães. Tal questão expõe uma complexa problemática: o rompimento do vínculo parental com os filhos, sendo esta uma questão recorrente quando trata-se de mulheres em situação de rua. A separação de mães e bebês, ainda na maternidade, é um elemento cotidiano presente na vida dessas mulheres.

Por outro lado, no artigo “Gestantes em situação de rua no município de Santos, SP: reflexões e desafios para as políticas públicas” Costa et al. (2015, p.9) expõe que aceitar a gravidez não inclui necessariamente a construção de um vínculo afetivo com o filho, ou desejo de ficar com a criança e criá-la.

O papel materno dentre as mulheres é constituído de maneiras diferentes. Constata-se um vínculo protetor, com diferentes variações: algumas buscam instituições e pessoas que possam criar seu filho com melhores condições; outras dizem que, independente de sua situação atual, desejam ficar com seu filho e criá-lo; outras ainda não demonstram vínculo, o que leva ao abandono da criança. Esses diferentes tipos de vínculos podem ser entendidos de acordo com as relações que a mulher vivenciou, a relação que possui com sua família e com filhos anteriores, e a perspectiva que tem de vida e de futuro. (COSTA et al. 2015, p.9)

Nesse sentido, cabe ressaltar a importância de proporcionar espaços onde essas mulheres sintam-se seguras e acolhidas, sem medo de repressões e julgamentos baseados em sua decisão de permanecer ou não com a criança.

Ainda relacionado ao tema da maternidade, o uso de drogas é uma questão comum entre essas mulheres e apresenta-se também como uma das diversas justificativas para retirada dos filhos. Segundo Costa et al. (2015, p.9) o álcool e as outras drogas estão presentes na vida dessas mulheres e permanecem mesmo durante o período gestacional. Esse cenário evidencia a importância da realização do pré-natal para o acompanhamento da gestação, considerando que muitas mulheres não demonstram conhecimento sobre possíveis efeitos prejudiciais ocasionados pelo uso de drogas durante esse período.

Todavia, Costa et al. (2015, p.10) constatou que o consumo de drogas faz parte da rotina dessas mulheres, tornando-se um hábito, em princípio, porque os efeitos destas substâncias minimizam os problemas que esse grupo enfrenta, como frio, fome, dor, sono, desconforto e humilhação. Tendo vista essa constatação compreende-se que o uso mostra-se como uma estratégia para enfrentar o cotidiano sofrido das ruas.

Sobre o uso de drogas, a revisão de literatura evidenciou que essa não é uma questão que limita-se apenas a população em situação de rua. No entanto, o fato de estar nas ruas estigmatiza e insere todas as pessoas em situação de rua na mesma conjuntura, perpetuando o preconceito de que todos que vivenciam essa situação fazem o uso de algum tipo de substância psicoativa. Tal perspectiva corrobora com a ideia trazida por Souza et al. (2016, p.6) em seu estudo sobre “Gênero, violência e viver na rua: vivências de mulheres que fazem uso problemático de drogas.” Para os autores, quando a condição de estar na rua se soma ao gênero feminino e a condição de usuária de drogas, tem-se uma situação complexa, de difícil intervenção e manejo. Ser uma pessoa que faz uso problemático de drogas ilícitas significa carregar marcas sociais e estigmas que reduzem a pessoa a esse status.

As questões apresentadas até o momento intensificam a urgência em dar atenção para demandas e necessidades das mulheres que vivenciam a situação de rua, sendo fundamental impulsionar discussões sobre essas e outras questões, no âmbito da saúde. Isso inclui: como reduzir danos associados ao uso de drogas durante a gestação, os cuidados necessários durante e após esse período, a importância do acompanhamento durante a gestação (pré-natal), uso de métodos contraceptivos (preservativos, pílulas anticoncepcionais, implantes) para a prevenção de gestações não planejadas, assim como a importância da continuidade do cuidado, tanto para a criança quanto para a mulher, envolvendo a realização de exames preventivos para rastreamento de câncer de mama e colo de útero, bem como detecção de ISTs.

A violência é outro ponto comumente discutido. A literatura apresenta inúmeras narrativas sobre situações de violência.

De acordo com Rosa e Brêtas (2015, p.275)

No Brasil, informações oficiais com relação à violência sofrida por mulheres de uma forma geral são subnotificadas. Temem denunciar o agressor, uma vez que não confiam na segurança que o Estado deveria lhes oferecer. O mesmo acontece com as mulheres em situação de rua, quiçá de forma mais grave, mas ainda não temos a real dimensão desse problema. Empiricamente, observamos que viver na rua, para as mulheres, perpassa pela necessidade de construírem relações que assegurem a viabilidade da sua vida cotidiana, uma vez que sozinhas são mais vulneráveis às violências presentes na rua.

Nessa perspectiva, observa-se que a dinâmica nas ruas impõe que essas mulheres estabeleçam relações como estratégia de sobrevivência e preservação física, considerando as vulnerabilidades as quais estão expostas. Por serem mulheres se tornam mais vulneráveis e estão mais expostas às situações de violência que os homens, evidenciando a desigual relação de poder entre o sexo masculino e feminino, que fica ainda mais cruel na experiência das ruas.

Desse modo, Gontijo (2009) reforça a afirmação acima evidenciando que quando se fala de pessoas em situação de rua cabe ressaltar a distinção de se viver na rua, sendo homem ou mulher. Há diferenças marcantes do impacto de se viver na rua, que é incontestável para ambos os sexos, mas que se expressa de modo mais cruel sobre as mulheres (apud SOUZA et al. 2016, p.6). Nota-se que a situação de rua apenas intensifica a relação desigual entre os sexos, masculino e feminino, reforçando que o simples fato de ser mulher, em situação de rua ou não, determina uma condição de maior vulnerabilidade.

Por outro lado, Rosa e Brêtas (2015, p.281) indicaram em seu estudo sobre a violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo que a maioria das mulheres que vivenciam as ruas optou em garantir sozinhas sua própria segurança, refutando a ideia da necessidade de estabelecer relações para proteção. Dessa forma, subvertendo estereótipos de frágeis e dependentes.

Assim, de acordo com os autores, observa-se uma outra percepção sobre os relacionamentos conjugais nas ruas. As mulheres escolhem seus parceiros por diversos motivos, seja por atração física, desejos sexuais e afeto, por se identificarem com os objetivos de vida ou por semelhanças no modos de vida na rua.

Tendo em vista o estudo desenvolvido por Rosa e Brêtas, nota-se que as situações de violência existiam anterior a ida para as ruas. A violência configura-se como um elemento de grande impacto na ruptura das relações sociais e contribui para que essa mulheres façam das ruas seu local sua moradia.

Nesse sentido, Rosa e Brêtas (2015, p.278) salientam que apesar da violência e do sofrimento, a maioria das mulheres teve dificuldade de enfrentar e reverter sua própria situação de vida, seja pela falta de independência financeira para o próprio sustento e para o dos filhos, bem como a falta de apoio familiar e/ou institucional para enfrentar essa situação. Assim, percebe-se que a ida para as ruas mostra-se como uma solução para se libertar desse contexto de violência e opressão.

A situação de rua para a mulher era, frequentemente, o resultado de agressões e violências, dentre elas, a sexual, praticada no contexto doméstico e familiar. A ruptura desses vínculos sociais e a não-existência de outros suficientemente fortes para subsidiar a reorganização da vida, somada à escassez de recursos financeiros e a ausência de instituições que lhe garantissem segurança e proteção, moldaram seu trajeto de vida até a situação de rua (ROSA e BRÊTAS, 2015, p.280).

A rua acolhe, mas também violenta. Os autores, Rosa e Brêtas trazem em seu estudo narrativas de diversos tipos de violência vividos por mulheres que vivenciam as ruas.

A primeira foi a violência praticada por pessoas ou grupos intolerantes com a situação de pobreza vivida pelas pessoas em situação de rua; A segunda foi a violência praticada entre as próprias pessoas que se encontravam na rua, e tinham como principais motivações: as dívidas com traficantes, disputas por espaço, pequenos furtos, infidelidade conjugal e desavenças pessoais. Por último, a violência sexual, relatada com frequência pelas mulheres que participaram do estudo, quase sempre, praticada por homens, em situação de rua ou não, e com potencial de causar danos físicos e mentais irreparáveis na mulher (ROSA e BRÊTAS, 2015, p.278).

Sobre a violência sexual, quase sempre praticada por homens, Souza et al. (2016, p.3) destaque que essa situação demarca a relação desigual entre os sexos, numa posição de supremacia do sexo masculino sobre o feminino. Tal relação traduz a ideia de que, valendo mais, o masculino tem posse sobre o feminino, tomando a mulher como seu objeto de pertencimento e, portanto, tendo o direito de submetê-la às suas vontades, desejos e escolhas.

Dessa maneira, conforme Sarmiento (2017, p.15) afirma-se que o corpo da mulher não é público, contudo parece que em relação àquelas que fazem da rua (público) o seu espaço privado (moradia) essa é uma afirmação ingênua.

5. POLÍTICAS PÚBLICAS E MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA

Neste item, apresentaremos e discutiremos as formas como a mulher em situação de rua é citada e de que modos a Política Nacional para População em Situação de Rua (2009) e a Política Integral de Saúde da Mulher enfrentam as questões referentes ao recorte populacional específico proposto por este estudo. Serão apresentados as aproximações e afastamentos das problemáticas levantadas pela revisão de literatura científica junto às políticas públicas estudadas.

Sabe-se, a partir da literatura científica analisada, que as mulheres em situação de rua apresentam demandas e complexidades que merecem destaque científico e político. Nota-se que tais questões não destacam-se nas discussões acadêmicas e públicas sobre População em Situação de Rua, uma vez que, suas demandas e necessidades acabam ficando em segundo plano, também no campo das políticas públicas.

No campo das políticas públicas, observa-se a ausência de políticas que viabilizem e destaquem as especificidades desse recorte populacional, evidenciando a necessidade de aperfeiçoamento das políticas públicas direcionadas para população em situação de rua, assim como as políticas direcionadas para as mulheres, considerando que as singularidades e particularidades desse grupo merecem um olhar diferenciado.

Ambas, a Política Nacional para População em Situação de Rua - PNPR (2009) e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher - PAISM (2004) não apresentam tópicos específicos direcionados para as mulheres em situação de rua.

A Política Nacional para População em Situação de Rua foi instituída através do Decreto nº 7.053 de 23 de Dezembro de 2009. De acordo como artigo 5º, os princípios da Política Nacional são:

- I - respeito à dignidade da pessoa humana;
- II - direito à convivência familiar e comunitária;
- III - valorização e respeito à vida e à cidadania;
- IV - atendimento humanizado e universalizado; e
- V - respeito às condições sociais e diferenças de origem, raça, idade, nacionalidade, gênero, orientação sexual e religiosa, com atenção especial às pessoas com deficiência.

Apesar de ressaltar como um dos princípios o respeito às condições sociais e diferenças, inclusive diferenças de gênero, no decorrer do documento não existem tópicos que considerem, de modo específico, as contradições que existem entre homens e mulheres que experimentam o cotidiano das ruas.

Essa questão é evidenciada no estudo de Rosa e Brêtas (2015, p.282),

apesar das peculiaridades do universo feminino relacionadas às suas necessidades, desejos e capacidades, não existe, de maneira consistente, a inclusão dessas diferenças nas políticas e programas de atenção à população em situação de rua. Nesse sentido, torna-se necessário ampliar as discussões sobre a complexidade da situação de rua para as mulheres junto aos diferentes atores que estão envolvidos no processo de desenvolvimento de políticas públicas.

Para além disso, observa-se que um dos objetivos da PNPR descrito no artigo 7º é incentivar a pesquisa, produção e divulgação de conhecimentos sobre a população em situação de rua, contemplando a diversidade humana em toda a sua amplitude étnico-racial, sexual, de gênero, etc. Este é um ponto importante desta política, pois o artigo citado cria a possibilidade de ampliação das discussões sobre a complexidade da população em situação de rua, incluindo as especificidades das mulheres nessa situação.

No entanto, através desse estudo, o que se percebe com maior destaque é a insuficiência de produções que discutam sobre a situação de rua através da perspectiva de gênero, expondo as diferenças, especificidades e contradições que existem entre homens e mulheres que vivenciam as ruas, bem como as questões complexas e singulares que circundam o universo das mulheres que vivenciam as ruas. A produção de conhecimentos sobre essas temáticas são fundamentais para que políticas públicas possam se aperfeiçoar, apoiando-se na informação científica sistematizada.

Sarmento (2017, p.10), reconhece a importância de compreender a especificidade de gênero na situação de rua, haja vista suas especificidades e demandas latentes, que muitas vezes não tem sido incorporada aos debates de população de rua em geral - que é imprescindível - o que as relega a um tema desimportante.

Sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher observa-se que:

O documento incorpora, num enfoque de gênero, a integralidade e a promoção da saúde como princípios norteadores e busca consolidar os avanços no campo dos direitos sexuais e reprodutivos, com ênfase na melhoria da atenção obstétrica, no planejamento reprodutivo, na atenção ao abortamento inseguro e aos casos de violência doméstica e sexual (BRASIL, 2004).

Com relação aos objetivos específicos e estratégias da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher são tópicos específicos sobre a promoção de ações de saúde direcionadas para as mulheres na terceira idade, mulheres negras, mulheres trabalhadoras do campo e da cidade, mulheres indígenas, bem como mulheres em situação de prisão.

Apesar de contemplar diferentes especificidades entre as mulheres (mulheres negras, trabalhadoras do campo, mulheres indígenas e em situação de prisão), nota-se, novamente, a invisibilidade das mulheres em situação de rua. Tal política não se dedica a abarcar as complexidades e singularidades das mulheres que vivenciam as ruas, evidenciando a necessidade de ampliar o olhar desta política para as demandas e necessidades dessas mulheres.

Por outro lado, de acordo com o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013 - 2015) documento que contribui para a atualização, fortalecimento e a institucionalização da Política Nacional para as Mulheres observa-se um esforço em incluir as questões relativas às Mulheres em Situação de Rua, como a ampliação do acesso à Atenção Básica para mulheres que vivenciam as ruas de rua através da implantação de equipes de Consultórios na Rua, bem como fomentar o desenvolvimento de pesquisas sobre a saúde da mulher, principalmente das mulheres em situação de rua. Dessa forma, promovendo a ampliação da atenção integral à saúde das mulheres em todas as suas particularidades, além de capacitar profissionais para que possam desenvolver no cotidiano de sua prática novas formas de atuação para o cuidado da Mulher em Situação de Rua. Embora o Plano Nacional de Políticas para Mulheres não tenha autonomia, ou ofereça instrumentos objetivos para “ampliar” a implantação de Consultórios na Rua, a nomeação das mulheres em situação de rua no plano e a indicação de uma estratégia de facilitação do acesso, merece destaque.

Almeida e Quadros (2016, p.228) em seu estudo “A pedra que pariu: narrativas e práticas de aproximação de gestantes em situação de rua e usuárias de crack na cidade do Rio de Janeiro” afirma que o público feminino não é visto com prioridade e a invisibilidade reverbera nas propostas de políticas públicas pouco atrativas e na baixa adesão aos serviços ofertados. Contudo, tendo em vista as estratégias apontadas no parágrafo anterior, percebe-se o esforço e disposição em apontar e incorporar ações direcionadas para mulheres em situação de rua, indicando que ainda há possibilidades de construir e aperfeiçoar políticas públicas que acolham as reais necessidades e demandas desse grupo populacional.

Para além disso, é fundamental que essas questões sejam levadas para as discussões sobre gênero, bem como para os debates públicos sobre população em situação de rua. O intuito é construir uma discussão mais justa e inclusiva, que abrace as questões que afetam o gênero feminino.

Nesse sentido, as mulheres em situação de rua também precisam ser contempladas nos discursos feministas, de modo que os debates também possam abranger a luta das mulheres em

situação de rua, considerando que não se pode incluir todas as mulheres em uma categoria universal e desconsiderar os privilégios que algumas mulheres possuem em relação à outras.

Segundo Sarmiento (2017, p.45) embora haja uma grande mobilização dos movimentos feministas na luta pelos direitos das mulheres, o que se observa é que as mulheres em situação de rua não são contempladas nesse discurso. Assim, torna-se importante promover debates feministas de modo a tentar abranger as lutas das mulheres em situação de rua. É insuficiente tratar mulher como um conceito uno, sem reconhecer que nem toda mulher é branca, de classe média e acadêmica (SARMENTO, 2017, p.46).

Outro documento que se relaciona na interface entre a Política Nacional de População em Situação de Rua e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher é a Nota Técnica nº 001 de Setembro de 2015. Este documento estabelece que é responsabilidade do Estado brasileiro assegurar direitos humanos de mulheres, adolescentes e crianças em todas as circunstâncias. A referida Nota Técnica apresenta estratégias para que gestores, profissionais da saúde e da assistência social saibam lidar com a atenção à mulher em situação de rua no período gestacional, reforçando a centralidade desta temática junto à estes atores. Segundo a Nota Técnica nº 001 de setembro de 2015, o nascimento das crianças de mulheres em situação de rua, somado ao contexto em que essas mulheres se encontram e a recusa da realização do pré-natal são elementos capazes de ocasionar decisões precipitadas em relação ao afastamento dos recém-nascidas de suas mães, sem uma avaliação detalhada de cada caso. Dessa forma, o afastamentos das crianças de suas mães, violam direitos básicos, tais como a autonomia das mulheres de decidir se desejam ficar ou não com as crianças e a convivência familiar.

Por outro lado, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é preciso garantir para essas crianças ambientes onde há proteção, cuidado e afeto, elementos fundamentais para o seu desenvolvimento. Contudo, a situação de rua e ausência de recursos materiais não representam motivos suficientes para separação das crianças e de suas mães. Assim, torna-se responsabilidade do Estado garantir o convívio familiar entre mãe e filho, através de programas e serviços que assegurem proteção e apoio à essas mães e seus filhos.

De acordo com o Nota,

é preciso garantir os direitos das mulheres de decidirem manterem ou não a guarda da criança, não cabendo aos profissionais qualquer julgamento, mas propiciar espaços de acolhida, apoio e escuta qualificada, necessários para uma escolha consciente, desde que seja garantida a segurança e bem estar da criança.

Percebe-se a importância da articulação intersetorial e do trabalho em rede envolvendo diversos setores como saúde, assistência social, defensoria pública, etc para o fortalecimento e efetividade dessas ações para proteção de seus direitos e direitos dos recém-nascidos.

Dessa forma, observa-se que a Nota Técnica citada embora destaque em seu conteúdo a importância da continuidade do cuidado após o período gestacional, atenta-se principalmente ao cuidado da Mulher em Situação de Rua enquanto gestantes, evidenciando que essas mulheres tornam-se visíveis para o Estado apenas durante esse período, como foi reforçado anteriormente pela literatura. De acordo com Sarmiento (2017, p.29), é possível inferir que as mulheres em situação de rua são percebidas e “cuidadas” pelo Estado somente quando do pré-natal, momento em que carregam outra vida consigo, uma vida merecedora de atenção.

Por fim, tendo em vista os pontos apresentados e discutidos percebe-se que são insuficientes as políticas públicas voltadas para as mulheres que se encontram em situação de rua. Embora não tenham sido citadas nesse estudo, sabe-se da existência de outras políticas direcionadas para as mulheres, porém estas também não incluem as mulheres que vivem em contexto de rua. Essas mulheres tornam-se invisíveis e excluídas até mesmo das políticas inclusivas.

Nota-se, de certo modo, movimentos para ampliar a visibilidade das mulheres em situação de rua. Percebe-se o interesse dos autores em dar notoriedade e destaque para esses temas, além de tornar evidente as lacunas existentes no campo das políticas públicas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise da literatura científica e das políticas públicas, este estudo possibilitou observar as inúmeras questões que atingem as mulheres que experimentam o cotidiano das ruas. Verificou-se que homens e mulheres em situação de rua apresentam muitas questões em comum, todavia existem questões que atingem especificamente o gênero feminino. Sendo assim, compreende-se que na perspectiva das mulheres que vivenciam a situação de rua, existem singularidades e especificidades que exigem o desenvolvimento de estratégias de resistência, sobrevivência e (re)invenção da vida cotidiana para enfrentar a violência, o medo, os conflitos e inúmeros desafios vividos diariamente nas ruas.

A rua é composta predominantemente por homens. Desse modo, as mulheres representam uma pequena parcela desse contingente populacional e por representarem menor número nas ruas tornam-se invisíveis em um cenário dominado pelo sexo masculino e inúmeras vezes têm suas necessidades negligenciadas e seus direitos anulados.

Essa invisibilidade também se manifesta no campo acadêmico. A insuficiência de produções denota a baixa visibilidade dada para temáticas que circundam o universo das mulheres em situação de rua, indicando a necessidade de um olhar mais interessado para esse grupo, que possa resultar na ampliação dessa temática junto às instituições de ensino e pesquisa e na produção científica.

Desse modo, este estudo pretendeu destacar e discutir sobre os principais temas que estão associados às mulheres em situação de rua na literatura científica. Esta análise é fundamental para que as políticas públicas que se relacionem com esse público, possam ser baseadas em evidências e assim aperfeiçoadas e ampliadas, considerando a insuficiência de políticas direcionadas especificamente para as mulheres que vivenciam as ruas.

As discussões sobre essas temáticas não se encerram aqui. Contudo, algumas considerações podem ser retiradas através desse estudo. Nota-se, que a maternidade em situação de rua é uma questão complexa e apresenta-se como uma tema em evidência quando trabalhamos com mulheres em situação de rua. É preciso aprofundar as discussões sobre os danos causados pelo rompimento do vínculo parental com os filhos, bem como as trajetórias incertas percorridas por essas crianças após a separação.

Outra importante questão é a relação com as drogas, capaz de construir marcas sociais e estigmas que qualificam essas mulheres, além dos diversos tipos de violência que a dinâmica das ruas impõe, destacando a violência sexual, quase sempre praticada por homens,

evidenciando a desigual relação de poder entre o sexo masculino e feminino que torna-se ainda mais cruel na experiência das ruas.

Sabe-se que a rua é composta por uma pluralidade de trajetórias de vida, singulares e distintas de muitas mulheres, seus relatos e histórias de vida expõe sobre os desafios de muitas outras pessoas que também vivenciam a situação de rua e evidenciam as fragilidades das políticas públicas de saúde, assistência social, habitação, etc. É preciso dar notoriedade e destaque para os temas discutidos neste estudo, além de tornar evidente as lacunas existentes no campo das políticas públicas.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARAUJO, Amauri dos Santos et al. O contexto da gestante na situação de rua e vulnerabilidade: seu olhar sobre o pré-natal. *Rev. enferm. UFPE on line*, v. 11, n. supl. 10, p. 4103-4110, 2017.
2. BISCOTTO, Priscilla Ribeiro et al. Compreensão da vivência de mulheres em situação de rua. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, v. 50, n. 5, p. 749-755, 2016.
3. BRASIL. Decreto nº 7.053, de 23 de Dezembro de 2009. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. *Diário Oficial, Brasília, DF*, 23 dez. 2009. Seção 1, p. 16.
4. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Meta Instituto de Pesquisa de opinião. *Pesquisa Nacional sobre a População em situação de rua*, 2008.
5. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
6. BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Nota Técnica conjunta nº 001 sobre Diretrizes, Fluxo e Fluxograma para a atenção integral às mulheres e adolescentes em situação de rua e/ou usuárias de álcool e/ou crack/outras drogas e seus filhos recém-nascidos, 2015.
7. BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2013. 114 p. : il.
8. CASTRO, Lúcia Maria Xavier de; SIMONETTI, Maria Cecília Moraes; ARAÚJO, Maria José de Oliveira. Monitoramento e acompanhamento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher PNAISM e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres PNPM. In: Monitoramento e acompanhamento da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher PNAISM e do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres PNPM. 2015.
9. COSTA, Ana Paula Motta. População em situação de rua: contextualização e caracterização. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, v. 4, n. 1, 2005.
10. COSTA, Samira Lima da et al. Gestantes em situação de rua no município de Santos, SP: reflexões e desafios para as políticas públicas. *Saúde e Sociedade*, v. 24, p. 1089-1102, 2015.
11. DE ALMEIDA, Diana Jenifer Ribeiro; DE TOLEDO QUADROS, Laura Cristina. A pedra que pariu: Narrativas e práticas de aproximação de gestantes em situação de rua e usuárias de crack na cidade do Rio de Janeiro. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, v. 11, n. 1, p. 225-237, 2016.

12. NOBRE, Maria Teresa et al. Narrativas de modos de vida na rua: histórias e percursos. *Psicologia & Sociedade*, v. 30, p. 1-10, 2018.
13. PAIVA, Irismar Karla Sarmiento de et al. Direito à saúde da população em situação de rua: reflexões sobre a problemática. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 21, p. 2595-2606, 2016.
14. ROSA, Anderson da Silva; BRÊTAS, Ana Cristina Passarella. A violência na vida de mulheres em situação de rua na cidade de São Paulo, Brasil. *Interface-Comunicação, Saúde, Educação*, v. 19, p. 275-285, 2015.
15. SANTOS, Andreia Alves dos. O jornal Boca de Rua espaço de possibilidades para pessoas em situação de rua: uma reflexão discursiva crítica. 2013.
16. SANTOS, Gersiney Pablo. O jornal Aurora da Rua e o protagonismo na situação de rua: um estudo discursivo crítico. 2013.
17. SARMENTO, Caroline Silveira; PEDRONI, Gabriela. Vulnerabilidade e resistência: um estudo sobre as mulheres em situação de rua em Porto Alegre.
18. SARMENTO, Caroline Silveira. O gênero na rua: um estudo antropológico com as mulheres em situação de rua em Porto Alegre. 2017.
19. SAKAMOTO, Luís Carlos et al. Prevenção de gestações não planejadas com implante subdérmico em mulheres da Cracolândia, São Paulo. *Reprodução & Climatério*, v. 30, n. 3, p. 102-107, 2015.
20. SOUZA, Márcia Rebeca Rocha de et al. Gênero, violência e viver na rua: vivências de mulheres que fazem uso problemático de drogas. *Revista Gaúcha de Enfermagem*, v. 37, n. 3, 2016.
21. VERNAGLIA, Taís Veronica Cardoso; VIEIRA, Regina Amélia de Magalhães Senna; CRUZ, Marcelo Santos. Usuários de crack em situação de rua—características de gênero. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 20, p. 1851-1859, 2015.
22. VILLA, Eliana Aparecida Pereira et al. Perfil sociodemográfico de mulheres em situação de rua e a vulnerabilidade para o uso de substâncias psicoativas. 2017.